

Breve Histórico da produção do espaço intraurbano e da distribuição da população na cidade do Rio de Janeiro¹.

Vivian Alves da Costa Rangel Gomes (IFCH/UNICAMP)[♥]

Resumo

As localizações urbanas são determinadas por atributos como a rede de infraestrutura e a mobilidade de produtos, pessoas e informação de um ponto a outro em uma determinada região. A acessibilidade é essencial para a compreensão da importância das localizações no tecido urbano, a produção do espaço intraurbano tem como principal resultado, exatamente, as localizações que significam muito mais do que a produção de equipamentos e moradias, mas a forma como tudo isso está interligado, assim como a sua representação para a população. Relacionamos os bairros às localizações quando pensamos na associação de um a todo o tecido urbano, por isso é importante apresentar como uma cidade, no nosso caso a cidade do Rio de Janeiro, estruturou seus bairros. Tomaremos a obra de Abreu (2013) e as concepções de Villaça (2012) para estabelecer as relações dos bairros com o território e apreender a não aleatoriedade nessa estrutura. Este estudo também visa compreender implicações e consequências das localizações na atualidade de acordo com o reflexo na qualidade de vida da população, para isso é indispensável que se promova uma análise sobre os processos socioespaciais intraurbanos. Este “breve histórico” visa apresentar o processo de segregação das classes populares no Rio de Janeiro por um longo período de tempo e, para isso, entender o processo histórico que lhe forneceu forma e conteúdo é fundamental. Relevantes fatores de transformação da cidade, principalmente a partir da Reforma Sanitária de Pereira Passos, no início do século XX, influenciaram a estruturação intraurbana no Brasil. Acompanharemos o processo de estruturação desde que a cidade se resumia a cinco pequenas freguesias urbanas na segunda década do século XIX e observaremos a distribuição da população na transição na qual a população se organiza no espaço. Para isso, as Reformas Urbanas do início do século XX são essenciais para a compreensão da indução da expansão da cidade o que conduziu a população de mais baixa renda a espaços de assentamentos precários.

Palavras-Chave: Distribuição espacial da população; Reformas Urbanas; Localização Residencial.

¹ Trabalho apresentado no VII ALAP Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX ABEP Encontro Nacional de Estudos Populacionais realizado em Foz do Iguaçu de 17 a 22 de outubro de 2016.

[♥] Doutorando em Demografia pelo IFCH/UNICAMP. Email viviancosta@oi.com.br

Breve Histórico da produção do espaço intraurbano e da distribuição da população na cidade do Rio de Janeiro.

Vivian Alves da Costa Rangel Gomes (IFCH/UNICAMP)

Considerações Iniciais:

A diferenciação socioespacial na escala intraurbana traduz a divisão econômica e social do espaço e, compreendê-la é perceber a sociedade a partir da sua produção espacial, (CORRÊA, 2007 apud ALVES, 2011, p. 110). Sendo assim, “Em relação aos fatores socioeconômicos, as alterações na distribuição espacial da população refletem as próprias transformações na estrutura da sociedade”² (MARTINE, 1994, p. 8), isso demonstra que apesar da variação da escala de estudo, visto que Martine faz sua exploração em escala nacional, a localização da população guarda relação com seus aspectos econômicos e sociais.

Este texto visa sintetizar alguns elementos que estão associados à produção do espaço urbano do Rio de Janeiro e, mais além, relacionar sua influência quanto à distribuição espacial da população no contexto histórico do século XIX e século XX, período no qual a cidade passou por uma verdadeira transformação de sua estrutura.

Alguns elementos da transformação urbana no século XIX:

É notável que no século XIX a cidade do Rio de Janeiro, ainda muito limitada pelos morros, com uma população composta pela maioria de negros escravizados e com ausência de meios de transporte coletivo, era uma cidade cuja pequena elite residia muito próxima à população mais carente, sendo suas moradias diferenciadas apenas pela aparência, mas que dividiam a mesma localização.

Durante esse século a cidade iniciaria seu processo de modificações de conteúdo, modificações capazes de atender necessidades crescentes resultantes de eventos em sua formação social, como a chegada da Família Real e o início do Reinado do Café, que impuseram o surgimento de uma elite diante da expansão econômica que alterou o perfil populacional por meio da atração de trabalhadores livres (nacionais e estrangeiros).

² Sic.

No antigo espaço colonial, as classes sociais distintas conviviam, mas com o passar do tempo, a separação foi promovida gradualmente por meio da introdução “do bonde de burro e do trem a vapor que, a partir de 1870, constituíram-se nos grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade”, Abreu (2013, p. 36). O transporte coletivo influenciou na expansão da cidade, na transformação da forma urbana e na separação da localização residencial da população socioeconomicamente mais privilegiada, que passou a ocupar bairros servidos pelos transportes, enquanto o subúrbio passou a ser espaço de ocupação da população menos privilegiada.

A mobilidade espacial se apresenta na história da cidade como forte elemento promotor do arranjo urbano, isto porque a integração da primeira linha de carris da cidade e o aumento dos trens suburbanos da Estrada de Ferro D. Pedro II foi o que gerou a onda propulsora de expansão, tudo isso combinado ao colapso do sistema escravista. Assim, o “poder de mobilidade” do habitante é o diferencial entre a população que poderá ou não residir em determinados bairros da cidade, Abreu (2013, p. 37).

Por volta da década de 1820, a cidade se resumia a cinco freguesias urbanas que coincidem com os atuais bairros do Centro e Zona Portuária. Todas as outras áreas eram definidas como rurais. O modesto núcleo urbano já apresentava diferenciação de caráter social, as freguesias da Candelária e de São José representavam o local de residência preferido dos dirigentes em função de ser a localização do Paço Real. A população privilegiada estendia seu local de residência na direção do atual bairro da Lapa, ou seja, na direção sul da cidade habitando áreas referentes aos atuais bairros da Glória e do Catete, isto porque seguiam os passos da Rainha Carlota Joaquina que fixou residência no bairro de Botafogo. Esse foi um movimento inicial praticado pela população com melhores condições econômicas, enquanto a população em condições mais restritas se agrupava nas freguesias de Santa Rita e Santana, gerando os atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa.

No período anterior a 1850, alguns estudos indicam que condições geográficas e geomorfológicas do Rio de Janeiro também influenciaram as localizações que viriam a ser desenvolvidas. A população com melhores condições econômicas e sociais praticaram o mimetismo das residências imperiais e, por isso, localizaram suas residências em espaços como a atual Praça XV de Novembro, no Centro, em Botafogo e

em São Cristóvão. Porém, vale destacar que para isso, as famílias tinham que dispor de uma capacidade econômica tal qual capaz de cobrir o custo de deslocamento para o centro administrativo da cidade.

Sem “poder de mobilidade” a população de baixa renda, composta por trabalhadores livres e escravos de ganho, ocupava a área disponibilizada para suas residências, próxima ao centro, onde buscavam trabalho todos os dias. Em síntese, podemos afirmar que a cidade passa por uma espécie de “transição” na qual as famílias de maior poder aquisitivo e status social que tinham as residências localizadas próximas às populações mais carentes, buscam o afastamento que só seria possível por meio da criação da acessibilidade a bairros (freguesias) mais distantes do centro, na direção norte e sul da cidade, enquanto a população mais carente se localizava onde é possível buscar por oportunidade de trabalho diariamente, ou seja, o centro.

Mobilidade Intraurbana e as Localizações: direcionando a expansão da cidade.

Além da questão socioeconômica da população, a história aponta uma relação da distribuição espacial de sua residência com o equipamento de transporte e as vias de acessibilidade na cidade, ou seja, a mobilidade intraurbana teria efeito sobre a direção do crescimento da cidade e a formação de suas localizações.

A inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II permitiu a ocupação de freguesias suburbanas e as primeiras linhas de bonde de burro facilitaram a expansão de bairros da zona sul. O capital estrangeiro sempre esteve muito presente no processo indutor dos transportes na expansão da cidade. Suas áreas ainda não eram integradas, morar fora da área central significava um status de luxo. Com o transporte e a acessibilidade, as famílias mais ricas puderam optar por morar em bairros como Botafogo e Tijuca, pois havia um meio de transporte regular. Assim, a acessibilidade e a mobilidade na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, são de fato relevantes para entendermos o desenvolvimento de sua forma urbana. Também é importante associar a este processo algumas demandas econômicas e políticas.

Os principais vetores da expansão da cidade no século XIX permitiram o estabelecimento de relações entre as freguesias rurais e centrais e estimulou o

preenchimento via ocupação residencial de trechos intermediários entre o centro e o subúrbio.

População e atividade produtiva no processo de expansão da cidade:

A expansão e o crescimento do subúrbio, constituído pelos bairros fora do centro de negócios da cidade no século XIX, foi concomitante ao crescimento da cidade em geral, pois já se apresentava o início da industrialização nas atividades cujas unidades se localizavam próximas ao centro. Conforme a tabela 01, no período entre os anos 1872 e 1890, o crescimento demográfico foi intenso revelando até mesmo um processo diferenciado de distribuição espacial da população, pois as freguesias urbanas quase que dobraram seu contingente populacional e foram superadas pelo crescimento das freguesias rurais que, em um período de duas décadas, superou o contingente populacional em mais de 100%.

TABELA³01

População Residente e Taxa de Crescimento Demográfico das Freguesias e Áreas da cidade do Rio de Janeiro - (1872 - 1890)				
Área na cidade	Freguesias	População		Taxa de Crescimento % 1872-1890
		1872	1890	
Freguesias Urbanas		228743	429745	88
Centro	Candelária	10005	9701	-3
Centro	São José	20282	42017	107
Centro	Santa Rita	34835	46161	33
Centro	Sacramento	27077	30663	13
Sul	Glória	22485	44105	96
Centro	Santana	38903	67533	74
Centro	Santo Antônio	20693	37600	82
Centro	Espírito Santo	14130	31389	122
Centro	Engenho Velho	15756	36988	135
Sul	Lagoa	13616	28741	111
Norte	São Cristóvão	10961	22202	103
Sul	Gávea		4712	
Norte	Engenho Novo		27873	
Freguesias Rurais		46229	92906	101
Subúrbio	Irajá	5910	13130	122
Subúrbio	Jacarepaguá	8218	16070	96
Subúrbio	Inhaúma	7444	17448	134
Subúrbio	Guaratiba	7627	12654	66
Subúrbio	Campo Grande	9747	15950	64
Subúrbio	Santa Cruz	3018	10954	263
Subúrbio	Ilha do Governador	2856	3991	40
Subúrbio	Ilha de Paqueta	1409	2709	92
Total		274972	522651	90

Fonte: Elaborado e adaptado a partir de ABREU (2013, p. 54).

Em meio ao exercício de um modelo produtivo agroexportador, a cidade do Rio de Janeiro assistiu aos primeiros sinais da industrialização da economia brasileira. Desde a metade do século XIX até o início do século XX, a atividade industrial se

³ Para o cálculo da taxa de crescimento no período foi utilizado a fórmula básica apresentada em YAUKEY e ANDERTON (2001, p. 43) onde $P_2 = P_1 + rP_1$ sendo P_1 referente à população no início do intervalo, P_2 a população no final do intervalo e r é a taxa de crescimento durante o intervalo considerado.

caracterizava incipiente, pois tinha a predominância de indústrias de baixo nível de mecanização e localizavam-se em maioria no centro.

O declínio da atividade cafeeira, o esgotamento do sistema escravista e a multiplicação de fábricas no Rio de Janeiro são fatores que, reconhecidamente, influenciaram um processo de crescimento populacional com base na componente migração que, para alguns autores, teria agravado a forma de residir na cidade, pois levou ao adensamento dos cortiços, piorando e muito as condições de habitação e a salubridade da cidade. Por outro lado, o foco econômico de análise aponta esse fator como benéfico e relevante no aumento da oferta de mão de obra para a indústria, culminando em baixos salários e refletindo positivamente para o lucro desta atividade produtiva.

O Estado decidiu intervir para assumir o controle sobre as condições de habitação dos residentes na cidade. Primeiro, isentou de impostos as indústrias que oferecessem casas populares higiênicas para seus operários, no decreto do ano de 1882, em 1888 isentou de impostos a importação de materiais de construção para firmas que se propusessem edificar casas populares. Na década de 1890 foram inauguradas cinco vilas operárias: Vila Rui Barbosa (Centro), Vila Arthur Sauer (Jardim Botânico – Zona Sul), Vila Isabel e Vila Sampaio. Pode-se então relacionar a localização de algumas fábricas como um dos elementos indutores de localização residencial na cidade já que, convencionalmente, as fábricas constam como “criadoras” de bairros na cidade, Oliveira (2006).

Reforma Urbana: montando uma imagem para o mundo no século XX.

Na primeira década do século XX as grandes transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro foram motivadas pela necessidade de adequação da forma urbana às necessidades de um novo modelo de acumulação capitalista, Abreu (2013, p. 59). A economia conduziu o país para uma integração maior no contexto internacional, o que culminou na exigência de uma nova organização espacial de sua capital. Nesse sentido, a partir do ano de 1894 a oligarquia cafeeira, detentora de poder político, indicou para Prefeito, Francisco Pereira Passos, que em quatro anos comandou a maior transformação já observada no espaço carioca. A renovação urbana das freguesias centrais atingiu com prioridade os quarteirões operários e a melhoria de acessibilidade

do centro para zona sul, com a construção da Avenida Beira Mar e o embelezamento do espaço público.

No âmbito do saneamento e higiene da cidade, rios do centro e da zona sul foram canalizados, o lixo urbano foi removido para Ilha de Sapucaia, a venda de vários produtos por ambulantes foi proibida, proibiu-se também a mendicância e demoliu-se uma série de cortiços. Algumas dessas medidas tiveram efeito direto sobre a população pobre que se aglomerava no centro em busca de trabalho.

Tanto as obras provenientes da administração de Passos quanto outras, financiadas e implementadas pela União, tiveram efeitos sociodemográficos no que tange à realocação da população no espaço carioca. A obra de construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) justificou a demolição de cerca de três mil moradias, fazendo com que um elevado número de famílias buscasse outra localização na cidade para exercer sua residência. Nesse período, a construção da Avenida Beira Mar, da Avenida Central e do Novo Porto do Rio de Janeiro promoveu a reestruturação da cidade. Na tabela 02 podemos apreciar o crescimento populacional no período 1890 a 1906 e notar que as freguesias rurais cresceram mais que as urbanas e que freguesias centrais como Candelária, Santa Rita e Sacramento perderam população nesse período, de uma forma geral, a freguesia do subúrbio de Inhaúma foi a que apresentou a maior taxa de crescimento demográfico.

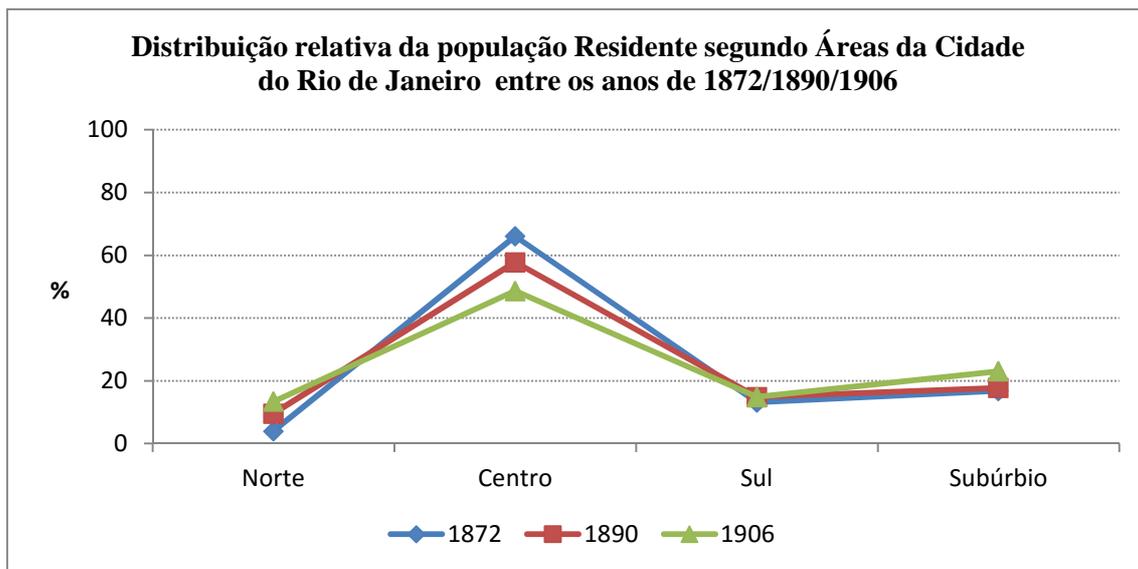
TABELA 02

População Residente e Taxa de Crescimento Demográfico das Freguesias e Áreas da cidade do Rio de Janeiro - (1890 - 1906)				
Área na cidade	Freguesias	População		Taxa de Crescimento %
		1890	1906	1890 - 1906
Freguesias Urbanas		429745	619648	44
Centro	Candelária	9701	4454	-54
Centro	São José	42017	44878	7
Centro	Santa Rita	46161	45929	-1
Centro	Sacramento	30663	24612	-20
Sul	Glória	44105	59102	34
Centro	Santana	67533	79315	17
Centro	Santo Antônio	37600	42009	12
Centro	Espírito Santo	31389	59117	88
Centro	Engenho Velho	36988	91494	147
Sul	Lagoa	28741	47992	67
Norte	São Cristóvão	22202	45098	103
Sul	Gávea	4712	12750	171
Norte	Engenho Novo	27873	62898	126
Freguesias Rurais		92906	185687	100
Subúrbio	Irajá	13130	27410	109
Subúrbio	Jacarepaguá	16070	17265	7
Subúrbio	Inhaúma	17448	68557	293
Subúrbio	Guaratiba	12654	17928	42
Subúrbio	Campo Grande	15950	31248	96
Subúrbio	Santa Cruz	10954	15380	40
Subúrbio	Ilha do Governador	3991	5616	41
Subúrbio	Ilha de Paquetá	2709	2283	-16
Total		522651	805335	54

Fonte: Elaborado e adaptado a partir de ABREU (2013, p. 67).

Sendo assim, parte da população desabrigada procurou refúgio nos morros do centro, ainda pouco ocupados, mas a maioria se deslocou para o subúrbio fazendo uma ocupação efetiva. O gráfico seguinte apresenta a distribuição da população residente segundo áreas da cidade, e o que podemos apontar é a redução da proporção da população que habitava o centro, enquanto áreas como a norte e o subúrbio passaram a hospedar um contingente populacional maior.

GRÁFICO 01



Fonte: Elaboração própria a partir de Abreu (2013).

Século XX e diferenciações no espaço urbano:

O início do século XX trouxe muitas mudanças para a cidade do Rio de Janeiro e para o país como um todo, pois tratava-se de um contexto de um novo sistema político institucional, a República, uma organização social com bases cada vez mais urbanas. A figura 01 apresenta a espacialização do Decreto 1.185/18 com o zoneamento da cidade no qual podemos observar que a zona urbana contemplava as freguesias dos atuais bairros do centro, zona sul e parte da zona norte (Méier e Andaraí). Este decreto foi uma das primeiras iniciativas de construção da legislação urbanística e modificou e demarcou áreas que compunham o território. O zoneamento é relevante, pois busca regulamentar a configuração da ocupação do espaço urbano.

FIGURA 01



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (1931) apud BORGES (2007, p. 72).
Decreto nº 1.185 de 1918 – Pós Reforma Passos.

A intervenção direta do Estado sobre o urbano além de transformar a cidade também promoveu a separação de usos e de classes sociais no espaço que estava dividido em bairros burgueses e proletários, e muito mais, essa divisão não era apenas simbólica, mas os bairros burgueses eram dotados de recursos escassos ou inexistentes nos bairros proletários e é por isso que autores como Abreu (2013, p. 73) e Ferreira (2011) afirmam que o “Estado veio a acelerar o processo de estratificação espacial que já era característico da cidade desde o século XIX” e que é possível ser reconhecido ainda nos dias de hoje.

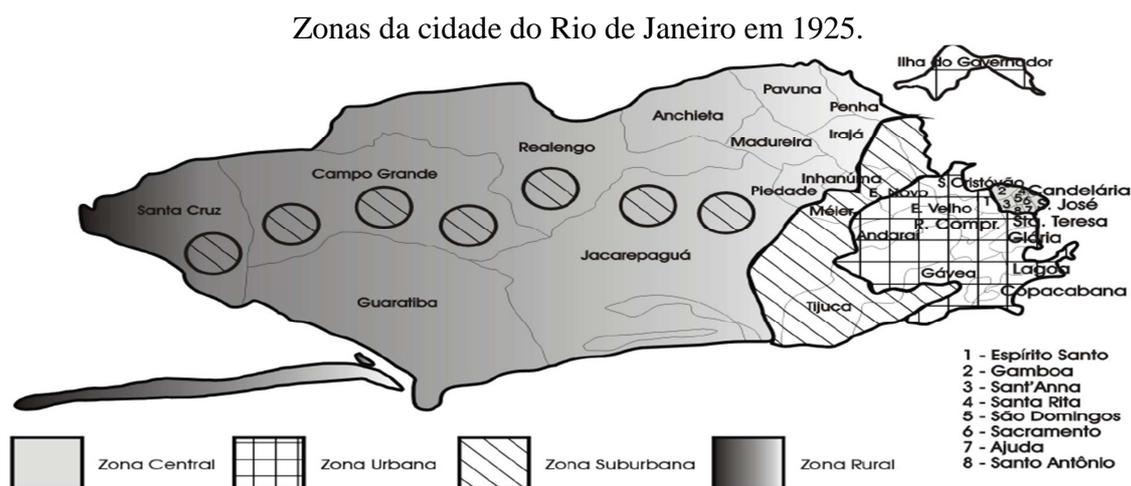
Na década de 1920 o Rio de Janeiro passaria por uma preparação para os festejos do primeiro centenário da independência do Brasil e, foi na administração de Carlos Sampaio (1920-1922), que mais transformações ocorreram sob a justificativa de dar continuidade ao processo de higienização da cidade, iniciado por Passos, e, principalmente, dar acolhimento ao público previsto para o evento além de encontrar um espaço adequado no meio do centro da cidade para a exposição internacional ligada ao festejo. Assim se justificou a demolição do Morro do Castelo, ponto de origem da cidade no século XVI, sítio histórico, local de residência de famílias pobres. Seguida a demolição, outras áreas do entorno do morro também foram eliminadas, como os bairros do Castelo e da Misericórdia, que também eram locais de residência proletária.

A administração de Carlos Sampaio promoveu diversas outras obras públicas que, em síntese, contribuíram para a liberação de faixas de terrenos

valorizados, mesmo que para isso, a grande massa da população pobre tivesse de ser removida. Assim, mais “áreas nobres” foram anexadas à cidade, como as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, por exemplo.

A difusão do uso do concreto armado nas construções entre os anos 1920 e 1930 incentivou a verticalização do centro e da Zona Sul, Borges (2007). Foi então promulgado o Decreto Lei de nº 2.087 de 1925, ilustrado na figura 02, que dividia o Distrito Federal em Zona Central, Zona Urbana, Zona Suburbana e Zona Rural. Observem que em toda a Zona Rural existia uma delimitação suburbana. Apesar da administração pública ainda não se comprometer com questões relativas à expansão da cidade, concepções sobre um plano global de desenvolvimento dava seus primeiros sinais em meio às discussões.

FIGURA 02



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (1931) apud BORGES (2007, p. 76).

A ocupação residencial e os Planos Urbanísticos no século XX:

É no início do século XX que a industrialização vai se apresentar como importante força propulsora no processo de ocupação residencial da cidade, no que tange às áreas de subúrbio. Muitas fábricas se instalaram nessas áreas conduzindo um grande fluxo do capital industrial para localizações suburbanas, materializando novas fontes de empregos, o que atraiu muitas pessoas. O apoio do Estado ao desenvolvimento industrial foi praticamente nulo até a década de 1930, mas mesmo assim, a indústria se fortaleceu e, no âmbito sociodemográfico, atraiu grande número de migrantes de origem do Estado do Rio de Janeiro, Abreu (2013).

A ocupação das localizações suburbanas também seria atribuída à contribuição de linhas de transportes que facilitaram a criação de um número maior de bairros fora do centro. Unidades militares também foram instaladas nessas freguesias. Esses foram elementos relevantes para a extensão do tecido urbano no período de 1906-1930 que alcançou até a Baixada Fluminense.

A tabela 03 apresenta o crescimento demográfico segundo freguesias e áreas da cidade para o período 1906-1920, portanto, retrata o início do século XX e podemos perceber que as “freguesias suburbanas” continuam mantendo um crescimento com um ritmo muito superior ao das “freguesias urbanas”. Há importante decréscimo do contingente populacional na área do centro da cidade e novos bairros foram formalmente criados.

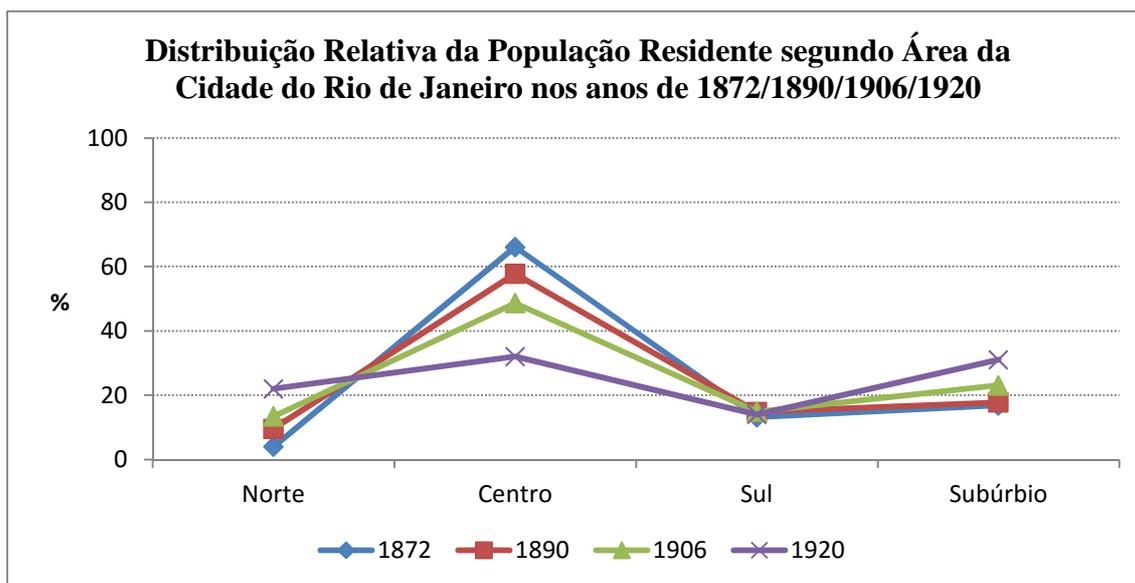
TABELA 03

População Residente e Taxa de Crescimento Demográfico das Freguesias e Áreas da cidade do Rio de Janeiro - (1906 - 1920)				
Área na cidade	Freguesias	População		Taxa de Crescimento %
		1906	1920	1906 - 1920
Freguesias Urbanas		619648	790823	28
Centro	Candelária	4454	3962	-11
Centro	São José	44878	27714	-38
Centro	Santa Rita	45929	38164	-17
Centro	Sacramento	24612	27370	11
Sul	Glória	59102	68330	16
Centro	Santana	79315	40632	-49
Centro	Santo Antônio	42009	49325	17
Centro	Espírito Santo	59117	77798	32
Centro	Engenho Velho	91494	48948	-47
Sul	Lagoa	47992	57558	20
Norte	São Cristóvão	45098	59332	32
Sul	Gávea	12750	15270	20
Norte	Engenho Novo	62898	41727	-34
Centro	Santa Teresa		8326	
Sul	Copacabana		22761	
Centro	Gamboa		50699	
Norte	Andaraí		84171	
Norte	Tijuca		11484	
Norte	Méier		57252	
Freguesias Suburbanas		185687	356776	92
Subúrbio	Irajá	27410	99586	263
Subúrbio	Jacarepaguá	17265	19751	14
Subúrbio	Inhaúma	68557	131886	92
Subúrbio	Guaratiba	17928	23609	32
Subúrbio	Campo Grande	31248	52405	68
Subúrbio	Santa Cruz	15380	16506	7
Subúrbio	Ilha do Governador	5616	8785	56
Subúrbio	Ilha de Paquetá	2283	2916	28
Subúrbio	Outras Ilhas		1332	
Total		805335	1147599	42

Fonte: Elaborado e adaptado a partir de ABREU (2013, p. 80).

No gráfico 02 é possível visualizar a ocorrência de um processo de distribuição populacional no período de 1872-1920, que está mais voltado para a área do subúrbio na década de 1920.

GRÁFICO 02



Fonte: Elaboração própria a partir de Abreu (2013).

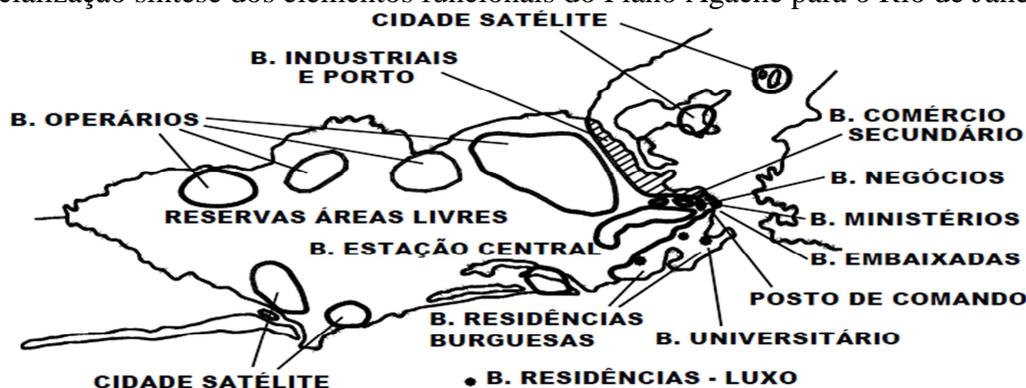
A intensificação da ocupação do subúrbio foi notável, porém o Estado já em transição da República Velha (ou Primeira República) para a Revolução de 1930 buscava por ter maior controle sobre a constituição do espaço urbano. Por isso, administrações como a de Alair Prata e Antônio Prado Júnior visaram regulamentar a construção no Distrito Federal para controlar o processo de crescimento da cidade.

Houve a tentativa de elaboração de um plano urbanístico com a contratação de técnicos franceses sob a orientação de Alfred Agache⁴, o que deu ensejo ao Plano Agache. Apesar de considerado inexecutável, do ponto de vista dos gastos públicos necessários para sua implementação, algumas de suas obras foram executadas em décadas posteriores. Esse plano representou a tentativa das classes dominantes da República Velha de controlar o desenvolvimento da forma urbana carioca, pretendendo transformar o Rio de Janeiro por meio da estratificação social do espaço, conforme figura 03. O plano estabeleceu a subdivisão do centro da cidade e a eliminação total de bairros centrais de baixa renda sobreviventes da Reforma Passos, Frontin e Sampaio.

⁴ Célebre especialista Alfred Hubert-Donat Agache foi contratado para confecção do Plano de Remodelação do Distrito Federal em 1927.

FIGURA 03

Espacialização síntese dos elementos funcionais do Plano Agache para o Rio de Janeiro.



Fonte: Rezende (1982) apud BORGES (2007, p. 90).

Esse plano analisava a situação das favelas como um problema social e estético que necessitava ser erradicado, apesar de reconhecer que as favelas surgem num contexto de crescente demanda por moradia próxima ao local de trabalho por parte da população de baixa renda. A Revolução de 1930 arquivou o Plano Agache, mas durante o regime instaurado por Getúlio Vargas, muitas contradições urbanas foram tratadas por meio da intervenção do Estado que durou cerca de três décadas.

A produção do espaço dos anos 1930 aos 1970:

No período de 1930-1970 é possível apreender que a evolução do espaço urbano carioca passa pela estratificação, desde o período anterior e pelo crescimento “tentacular” que estão associados às necessidades de acumulação de capital. Um dos reflexos observados é o aumento das distâncias entre o local de trabalho e a residência que exigiu maiores deslocamentos por parte da população.

No entanto, é importante ressaltar que a ação pública continuou muito concentrada no centro da cidade, apesar do subúrbio também passar por algumas melhorias. O período caracterizado como “populista” estruturou uma política habitacional, a construção de conjuntos habitacionais nos subúrbios reconhecidos por modificar a aparência desses espaços.

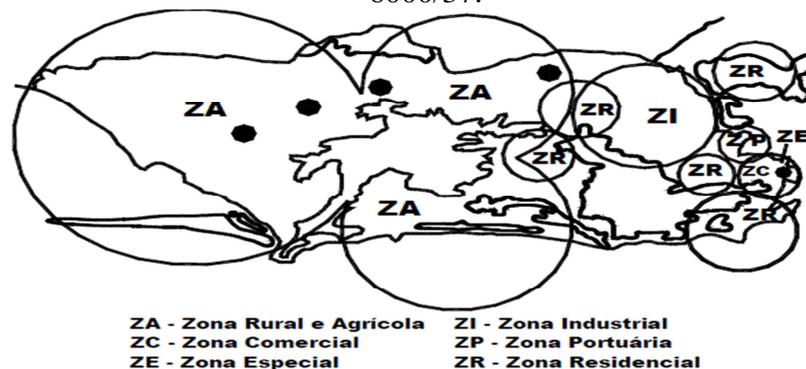
Mais uma vez os gestores entenderam que a cidade precisava de um novo plano urbanístico e este foi elaborado por uma firma grega que pretendia remodelar a

cidade a partir de uma série de obras, diferindo muito pouco do plano Agache que havia sido arquivado. O novo plano é posto em prática em um período autoritário e seu objetivo era empreender uma série de obras que afetariam principalmente as populações pobres. A localização intraurbana da atividade industrial é um importante elemento no estudo que desenvolvemos aqui, pois na década de 1930 a mudança em seu padrão de localização está associada à geração de diferentes padrões de distribuição populacional.

O estrangulamento externo gerado pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra interrompeu a importação de bens de consumo, o que estimulou que o próprio setor industrial absorvesse a oportunidade de desenvolver a produção de diferentes produtos. Houve um processo de ocupação progressiva do subúrbio pelas indústrias, Abreu (2013, p. 96). As áreas industriais da cidade foram oficializadas por meio do Decreto-Lei 6000/37, conforme figura 04.

FIGURA 04

Espacialização síntese do zoneamento da cidade do Rio de Janeiro segundo Decreto n° 6000/37.



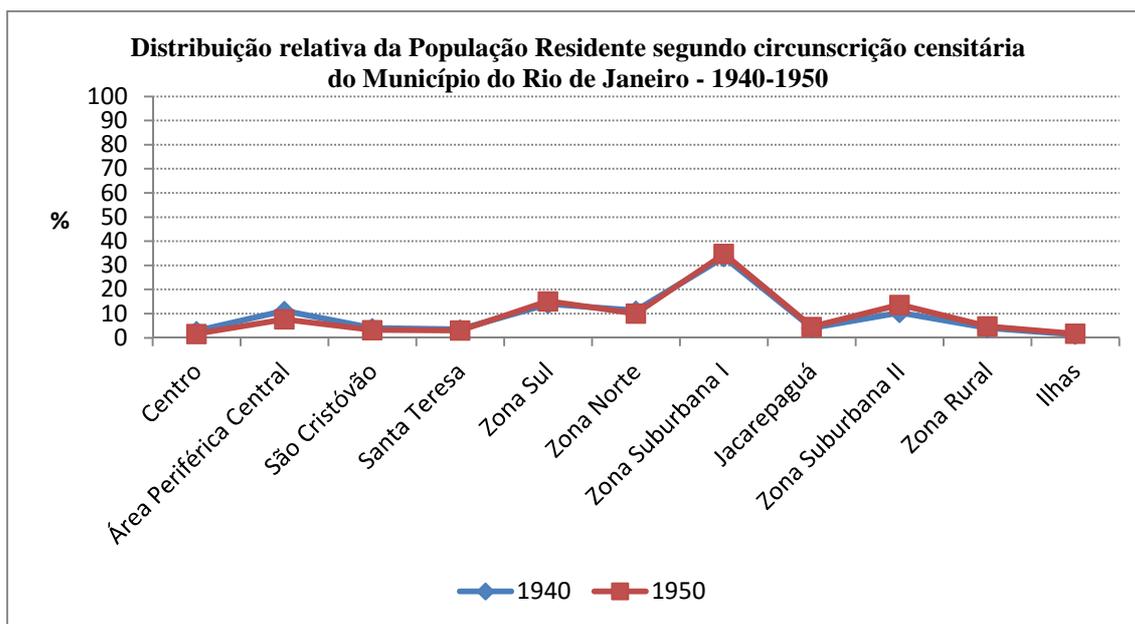
Fonte: Instituto de Engenharia Legal (1987) apud BORGES (2007, p.98).

Esse decreto aprovou o Código de obras da cidade do Rio de Janeiro, introduzindo a noção paisagística e do patrimônio histórico da cidade na sua orientação. Seu enfoque se remeteu à região central, São Cristóvão e à orla litorânea até a praia do Leblon. Sua relevância está na criação das primeiras diferenciações no zoneamento residencial, no entanto, as zonas norte e oeste ficaram sem receber tratamento relevante por um longo tempo até que a expansão urbana as atingisse. Para alguns especialistas esse decreto veio consolidar o Plano Agache. A área industrial estabelecida excluía os bairros da Zona Sul e Norte, o que gerou um movimento de transferência das indústrias

mais antigas para as localidades permitidas, enquanto seus espaços originais se tornaram locais de residências nobres.

Questões políticas não permitiram que a população fosse recenseada no ano de 1930, mas por meio dos dados referentes aos anos de 1940 e 1950 podemos observar que a distribuição populacional continua apontando uma tendência de maior concentração na área suburbana da cidade, conforme o gráfico 03.

GRÁFICO 03



Fonte: Elaboração própria a partir de ABREU (2013).

A inauguração da Avenida Brasil no ano de 1946 representa um grande esforço do Estado por facilitar a atividade industrial com a redução de custos da circulação e a incorporação de novos terrenos ao tecido urbano. No entanto, o transporte rodoviário não acompanhou esse processo e sua carência incentivou a ocupação residencial desordenada próximo à área industrial. A década de 1940 é apontada por muitos estudiosos como o período de maior expansão das favelas, Lago (2000); Villaça (2010); Abreu (2013), entre outros. Essa expansão é um dado importante para o período 1930-1950 no que se refere à evolução da forma urbana da cidade.

Ao observarmos a tabela 04 que apresenta o incremento populacional para o período 1950-1960, fica claro que a região do Centro e a maior parte da Área Periférica Central mantém a redução da taxa de crescimento demográfico, com exceção da

circunscrição censitária do Rio Comprido. Na circunscrição da Zona Sul há destaque para a freguesia de Copacabana que tem no processo de verticalização a sua alça de expansão transformando residências unifamiliares em uso multifamiliar. Quanto à circunscrição da Zona Suburbana II, com principal atenção para as freguesias de Pavuna e Anchieta, encontramos a questão referente ao adensamento das áreas limítrofes entre a cidade do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense. Na Zona Rural, Campo Grande se destaca com a incorporação de novos loteamentos como oportunidade para a residência de uma camada mais pobre da população.

TABELA 04

População Residente e Taxa de Crescimento Demográfico por circunscrição censitária do Município do Rio de Janeiro - (1950-1960)				
Circunscrição Censitária	Freguesias	População		Taxa de Crescimento %
		1950	1960	1950-1960
Centro	Candelária	1069	435	-59
	São José	6684	4696	-30
	Santa Rita	9567	9388	-2
	São Domingos	3521	2149	-39
	Sacramento	5865	3196	-46
	Ajuda	11103	5332	-52
Área Periférica Central	Santana	14911	10835	-27
	Gamboá	31324	29017	-7
	Espírito Santo	37227	31515	-15
	Rio Comprido	70979	83896	18
	Santo Antônio	26951	22477	-17
São Cristóvão	São Cristóvão	76604	78002	2
Santa Teresa	Santa Teresa	71733	83215	16
Zona Sul	Glória	82563	114293	38
	Lagoa	59460	70494	19
	Gávea	88409	131011	48
	Copacabana	129249	240347	86
Zona Norte	Engenho Velho	41721	45304	9
	Tijuca	80011	107074	34
	Andaraí	116180	139547	20
Zona Suburbana I	Engenho Novo	122977	145796	19
	Méier	84601	103957	23
	Inhaúma	86163	106207	23
	Piedade	110962	128119	15
	Irajá	123234	182818	48
	Madureira	157796	208200	32
Penha	140628	182772	30	
Jacarepaguá	Jacarepaguá	107093	193792	81
Zona Suburbana II	Pavuna	98594	183027	86
	Anchieta	75600	139800	85
	Realengo	150712	241598	60
Zona Rural	Campo Grande	59752	126982	113
	Guaratiba	20516	27120	32
	Santa Cruz	31564	49377	56
Ilhas	Ilhas	39957	68643	72
Total		2375280	3300431	39

Fonte: Elaborado e adaptado a partir de ABREU (2013, p. 117).

Em 1960 a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em Estado após a transferência da capital federal para Brasília. Convencionou-se o entendimento de que o novo Estado necessitava de uma reformulação urbana e assim o Plano Doxiadis foi elaborado entre os anos de 1963-1965 com o título de Plano de Desenvolvimento para o ano 2000, Borges (2007, p. 111). Por outro lado, o processo de ocupação dos municípios periféricos se intensificou e uma série de empreendimentos imobiliários localizados a uma grande distância do centro foi implementada. Aliado a todo esse contexto, a crise habitacional foi inevitável como um reflexo da valorização do solo

urbano. Para Bonduki (2004), iniciou-se a multiplicação da população favelada e da casa de cômodo.

Um dos efeitos mais notados do plano econômico posto em prática foi a concentração de renda que, na cidade do Rio de Janeiro, pôde ser percebida no espaço urbano com a estratificação social que, por um longo período de tempo, não era mais tão nítida, pois surgiram muitas favelas nas áreas nobres da cidade.

O remocionismo e a migração residencial compulsória da população de baixa renda:

No período autoritário, as políticas urbanas se tornaram mais repressivas no que tange ao padrão estratificado da forma urbana e se generalizou o processo de erradicação de favelas na cidade. Nesse sentido, a concentração da renda, resultante da economia pós 1964, gerou a necessidade da execução de mais investimentos viários na cidade, por parte do governo federal, como o alargamento da Praia de Copacabana, a construção de um elevador sobre a Avenida Paulo de Frontin, a construção da Ponte Rio-Niterói, a construção do metrô, entre outros. Os efeitos dessas obras sobre o espaço urbano passou, principalmente, pela remoção de favelas das localizações mais valorizadas na zona sul e á especulação imobiliária responsável pela expansão da área rica da cidade na direção da Barra da Tijuca.

Tomamos também elementos da mobilidade intraurbana como constituinte do processo de estruturação urbana. Para Lago (2000, p. 84), o fato do município do Rio de Janeiro apresentar um elevado grau de concentração de empregos nos permite entender que a questão da ocupação das favelas na cidade não é apenas um reflexo do incremento de imigrantes, mas um resultado do acirramento da pobreza e condições geradas pela industrialização e por um longo período de redução do salário real do trabalhador, no contexto de execução de políticas econômicas restritivas de controle inflacionário.

O padrão locacional da população de mais baixa renda é suburbano e periférico, Lago (2000), e o que as investigações feitas ao longo do tempo indicam é a valorização do solo nas áreas centrais e a remoção das favelas que abrigavam essa população seriam os elementos essenciais na explicação do deslocamento para as localizações mais distantes do centro.

Para Paviani et al (1987) apud LAGO (2000), a alocação seletiva de infraestrutura nas áreas mais valorizadas da cidade representou o “papel segregacionista das ações do Estado”, prática esta, existente ao longo da história da cidade. Conforme Vetter (1975) é possível identificar que muitos benefícios públicos foram alocados de forma a privilegiar as localizações onde o retorno do investimento estivesse garantido por meio das arrecadações como impostos e tarifas, ao longo do tempo.

A produção de moradias entre as décadas de 1960-1970 também se relaciona com a distribuição de inúmeras oportunidades. A provisão de moradias no Rio de Janeiro, nesse período, se realizou por meio da produção empresarial, que nos remete ao mercado privado; da produção estatal com a construção dos conjuntos habitacionais voltados para a população de localizações e rendas específicas; e, por meio da autoprodução ou autoconstrução pela população não incluída nas ofertas anteriores. Nessa perspectiva, “a produção estatal marcou o espaço construído da cidade, onde reproduziu e consolidou um padrão de estruturação urbana profundamente desigual”, Lago (2000, p. 88).

A política de remoção de favela já fazia parte da intervenção na distribuição espacial da população no Rio de Janeiro desde a “Política do Bota Abaixo” da administração de Passos (1902-1906), com a transferência da população carente que habitava o centro. No governo Vargas, o código de obras da cidade previa a demolição de favelas desde o ano de 1937, a remoção dirigia a população para parques proletários.

No entanto, é na década de 1960 que o remocionismo ganha força e intensidade como tratamento dominante dado às favelas do Rio de Janeiro. Na lógica de uma cidade planejada, os conjuntos habitacionais figuram como solução para o “problema das favelas” em relação aos espaços valorizados da cidade, além de representar garantia de moradia digna para a população mais pobre. Conforme Brum (2011, p. 82) “os programas habitacionais não se dirigiram à população de baixa renda, mas especificamente, às favelas”. Na figura 04 podemos observar que segundo o mapa do CHISAM⁵ para a construção de conjuntos habitacionais, as localidades reservadas para o projeto se concentravam prioritariamente na Zona Oeste.

⁵ CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana. Autarquia que assegurava que a política para as favelas na Guanabara e na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro ficaria sob o controle do Governo Federal.

FIGURA 04

Imagem do mapa original do CHISAM sobre setores de concentração de conjuntos habitacionais – Rio de Janeiro – 1969.



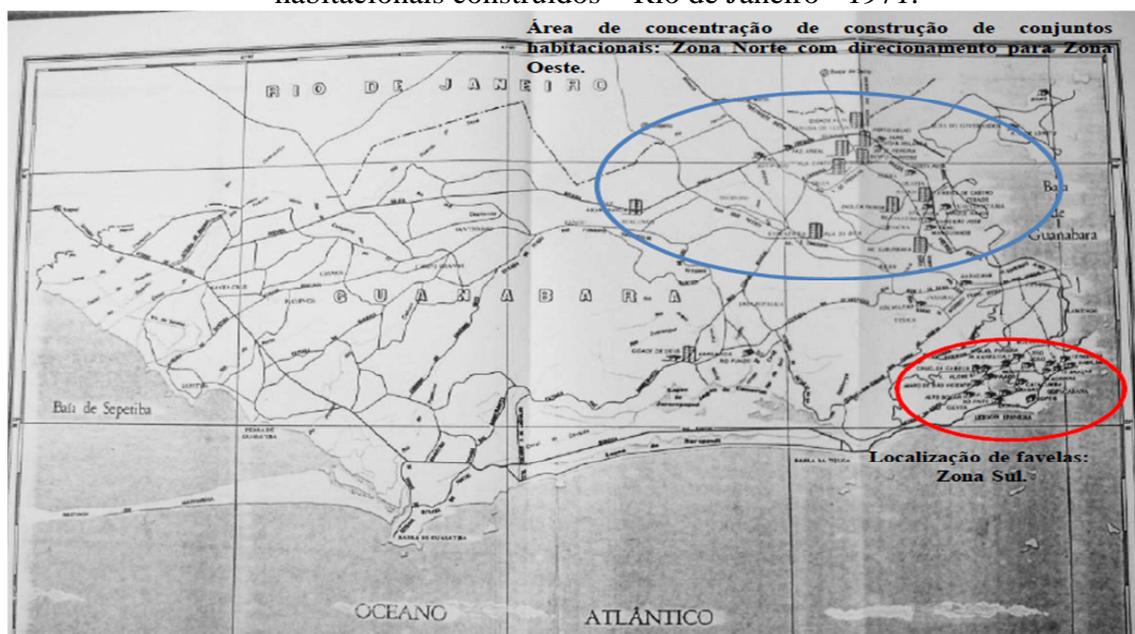
Fonte: Adaptação a partir de Brum (2011, p. 111).

Com os recursos da “Aliança para o Progresso”, cooperação internacional entre Estados Unidos da América e América Latina em 1961, o modelo empregado para a modernização econômica e social do Brasil, em especial do Rio de Janeiro, foi o modelo estadunidense de sociedade urbana e industrial que implicava combater favelas. Nesse período, a favela já havia se tornado um símbolo reificado da desordem e do atraso, tanto a remoção quanto a construção de conjuntos habitacionais se constituem, segundo a concepção do Estado, a elaboração e execução de políticas públicas resultantes da demanda gerada pelo rápido processo de urbanização pelo qual a cidade passou cujas consequências sociais marcariam a estrutura espacial residencial.

Podemos afirmar que a política de remoção de favelas representa, demograficamente, uma espécie de migração residencial compulsória cujo destino se circunscribe em localidades menos valorizadas, entre outras características, e a origem é bem demarcada nas áreas mais valorizadas na cidade, conforme figura 05.

FIGURA 05

Imagem do mapa original do CHISAM sobre favelas removidas e locais dos conjuntos habitacionais construídos – Rio de Janeiro - 1971.



Fonte: Adaptação a partir de Brum (2011, p. 126).

Na tabela 06 observamos que a Zona Norte da cidade apresentava maior concentração de conjuntos habitacionais, no entanto, é a Zona Oeste que apresenta o maior número de unidades habitacionais, representando 63% das unidades construídas no período 1962-1975.

TABELA 06

Área da cidade segundo número de conjuntos habitacionais, população estimada e número de unidades, valores absolutos e relativos - Estado da Guanabara - 1962/1975.

Área na Cidade	nº total de Conjuntos Habitacionais	nº total de unidades	% unidades	População estimada
Zona Norte	20	16.392	33	81960
Centro	1	700	1	3500
Zona Sul	4	1.053	2	5265
Zona Oeste	10	31.540	63	157700
Total	35	49.685	100	248425

Fonte: Adaptado a partir de VALLADARES (1978, p. 40).

População estimada tomando o número médio de pessoas por família igual a 5.

Considerações Finais:

Por fim, para Villaça (2012, p. 328), através da história da cidade é possível perceber que o processo de segregação que se iniciou no final do século XIX, foi acentuado no século XX. Segundo o autor, a alteração que a cidade passou com a concentração crescente da população de mais alta renda na zona sul e a de mais baixa

renda nas zonas norte e oeste é, de fato, reestruturação urbana, pois novas localizações foram criadas, diferentes valores foram atribuídos e, tudo isso, significa que a população residente passa a interagir diferentemente no espaço.

Referências:

ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2013. 156p.

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade /imobilidade na produção do espaço metropolitano. IN: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios/ Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (Organizadores) – São Paulo: Contexto, 2011.

BONDUKI, Nabil. Origens da Habitação Social no Brasil. Estação Liberdade, São Paulo, 4ª edição, 2004.

BORGES, Marília Vicente. O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação. Dissertação de Mestrado IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BRUM, Mário. Favelas e Remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. O social em questão – Ano XVI – nº 29 – 2013- pp. 179-208. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf>

FERREIRA, Álvaro. A cidade do século XXI: Segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise – Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. 240p.

MARTINE, George. A Redistribuição Espacial da população brasileira durante a década de 80. Texto para discussão nº 329, IPEA: Rio de Janeiro, 1994. 46p.

OLIVEIRA, Catarina Pinto de Albuquerque. Shopping Center: a variedade na exploração do espaço de negócio. Rio de Janeiro: UVA, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192p.

VALLADARES, Licia do Prado. Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Zahar Editores, 2ª edição, 1978.

VETTER, D. (1975). The Impact on the Metropolitan System of the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: The Case of Grande Rio. Comparative Urbanization Series. University of California, Los Angeles.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intraurbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.